

A FUGA DA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA E AS INVESTIDAS SOBRE O TERRITÓRIO ESPANHOL NA AMÉRICA MERIDIONAL

Ronaldo B. Colvero *

Resumo: Contando com o poderio britânico e com as alianças mantidas com Portugal, especialmente desde o início do século XVIII, foi possível que um dos fatos mais extraordinários de todo o processo de reordenação no mundo ocidental ocorresse: a fuga da família real portuguesa e de vários áulicos da corte bragançina para o Brasil. Nessa jornada não estava implicada apenas a porção européia de Portugal, que do dia para a noite se veria sem rei, mas sobretudo a porção americana, que de fato passaria a contar com inúmeras instituições necessárias ao funcionamento de um Estado absoluto e soberano. Nosso objetivo aqui, portanto, é verificar alguns aspectos que foram sendo alterados com a chegada da família real à América, especialmente aqueles direcionados aos territórios espanhóis na região do Rio da Prata.

Palavras-chave: Portugal – América Meridional – 1808 – Colônia

Abstract: Counting on the British power and the alliances kept with Portugal, especially since the beginning of XVIII century, it was possible that one of the facts extraordinary of all the process of reordination occurred in the occidental world: the escape of the Portuguese real family and some aulic ones of the bragançina court to Brazil. In this journey the European portion of Portugal was not implied only, that of the day for the night if it would see without king, but over all the American portion, that in fact would start to count on innumerable necessary institutions to the functioning of an absolute and sovereign State. Our objective here, therefore, is to verify some aspects that had been being modified with the arrival of the real family to America, especially those directed to the Spanish territories in the region of the Rio da Prata.

Key words: Portugal – Southern America – 1808 – Colony

A fuga de Portugal e as primeiras medidas

Com os problemas verificados na Europa (a Revolução Francesa e as disputas territoriais com a Espanha), em Portugal, durante o período de 1801 a 1807, a política de dom João, então príncipe regente da Casa de Bragança, sofreria transformações, principalmente com a transladação de toda a família real e do Estado português para a colônia do Brasil. Assim, dar-se-ia início às idéias de sustentação das fronteiras do império luso-brasileiro a partir do ultramar e, principalmente, a possibilidade do alargamento de limites portugueses na região do Rio da Prata.

* Doutor em História das Sociedades Ibéricas e Americanas pelo PPG de História da PUC-RS. Professor da URCAMP, Campus de São Borja e da PUC-RS, Campus de Uruguaiana.

Alguns pesquisadores propõem que o projeto de mudar a sede e a estrutura do governo português para a colônia já existia mesmo antes da vinda da família real ao Brasil em 1808. Esse projeto também já contava com o apoio inglês, mas foi a invasão de Portugal por tropas francesas sob o comando de Napoleão, representado, à frente das tropas, pelo general Junot, que acelerou os planos da mudança. Esse fato teria importância capital para, mais tarde, serem deflagrados os processos de abertura econômica da colônia e da independência do Brasil.¹

Em 29 de novembro de 1807, as embarcações ocupadas pela família real e quase toda a “camarilha” que se beneficiava da máquina governamental, mais criados, toda a receita que fora possível carregar, obras das mais variadas, uma tipografia e tudo mais que era necessário ao traslado da corte saíram de Portugal em direção ao Brasil.

As medidas adotadas por dom João logo de sua chegada ao Brasil, em 1808, principalmente a de abolir as restrições comerciais da colônia abrindo seus portos, possibilitaram a ampla liberdade de comercialização com outros países². Esse fato “é considerado por muitos analistas o verdadeiro fim do período colonial brasileiro, já que teria rompido a premissa básica do sistema: a de que a colônia só poderia comercializar com sua Metrópole”³.

Os comerciantes portugueses da Metrópole ficaram bastante desgostosos com as medidas adotadas por dom João. Mesmo que as tarifas fossem mais baixas para estes que para os comerciantes de outras nacionalidades, a questão era que a abertura comercial da colônia para outras nações tirava uma grande fatia do mercado exportador de Portugal. É simples de ser entendida a indignação dos portugueses, apoiando-se estritamente no plano econômico, pois, antes da abertura dos portos, eles tinham todas as vantagens em comercializar com a colônia brasileira, visto que era a própria colônia que arcava com todas as despesas, já que

os impostos diretos pagos pelo comércio brasileiro, ou melhor, o comércio estabelecido no Brasil, e que indiretamente recaíam sobre os consumidores nacionais, como não podia deixar de acontecer pela falta de concorrentes nas transações coloniais, subiam a 150% no cálculo feito por Luccock, que foi negociante da praça do Rio depois da franquia dos portos. Quer isto simplesmente dizer que Portugal recebia 250 libras por cada 100 libras mandadas sob forma de material de escambo ou antes de venda e de trabalho, além dos ganhos apurados nos fretes, juros do capital empregado, monopólios e estancos etc.⁴

¹ “Independente das intenções iniciais, o fato mostrou-se relevante para o entendimento do processo de independência e, mais ainda, para as transformações que marcaram a sociedade brasileira, em níveis culturais, políticos e econômicos. Pela primeira vez na história, um Rei colocou os pés em sua colônia.” FARIA, Sheila de Castro. *A colônia Brasileira: economia e diversidade*. São Paulo: Moderna, s.d. p. 107.

² É importante frisar que os países dos quais trata a Lei responsável pela abertura dos portos do Brasil são somente aqueles que colaboravam com a corte portuguesa, principalmente, naquela ocasião, a Inglaterra.

³ FARIA, *A colônia brasileira*, p. 107.

⁴ LIMA, D. *João VI no Brasil*, p. 240.

Podemos, no entanto, perceber que esse comércio, mesmo após a abertura dos portos, continuou sendo muito lucrativo para Portugal, que acumulava altíssimos valores provenientes das importações e exportações. Isso foi possível porque o Brasil produzia exclusivamente para exportar e devia vender para poder comprar o que não era produzido na colônia. Essa situação dava a Portugal a possibilidade de cobrar o que lhe fosse conveniente, ou seja, explorar a colônia ao máximo e enquanto fosse possível.

Os ingleses, por sua vez, ficaram desgostosos pelo fato de que iriam participar da abertura dos portos em condição de igualdade com os outros países. Eles acreditavam não ser “justo” partilhar de tarifas iguais para a entrada de seus produtos nos portos coloniais brasileiros em razão, principalmente, da dívida de “gratidão” que o monarca português tinha com a Grã-Bretanha, já que fora escoltado por força armada inglesa em sua vinda para o Brasil e, além disso, assinara tratados de auxílio perpétuo com aquele país. Alan Manchester, em seu livro *Preeminência Inglesa no Brasil*, no qual aborda as relações entre Inglaterra e Portugal desde os primeiros tratados entre as duas nações, comenta, baseado no relatório do Foreign Office⁵ de 03 de março de 1808, que dom João, após chegar ao Rio de Janeiro, perguntou ao Sr. Hill se a Inglaterra estava satisfeita com a abertura dos portos proporcionada pelo decreto de 28 de janeiro de 1808, recebendo a resposta de que

só poderia causar um bom efeito na Inglaterra, mas, se tivesse autorizado a entrada de navios britânicos e de manufaturas inglesas em termos mais vantajosos do que os concedidos aos navios e mercadorias das outras nações estrangeiras, causaria maior satisfação⁶.

Destarte, vemos o quanto a “cobrança do apoio inglês à mudança da corte para o Brasil foi virulenta e se apresentou na forma de tratados: Aliança e Amizade; Comércio e Navegação, concluídos em 1810 entre os governos português e inglês”⁷.

Somente em 1816 as tarifas alfandegárias de portugueses e ingleses se equipararam, mas, mesmo assim, ambos possuíam privilégios por terem valores menores a pagar na comercialização de produtos. A eles se soma também a França, mesmo que tardiamente. Com isso, os ingleses se estabeleceram nos principais portos do Brasil para atuarem como

⁵ O Foreign Office, ou “Gabinete Estrangeiro”, era a ligação direta dos ministros e embaixadores ingleses nos países ao redor do mundo. Portanto, os relatórios enviados e recebidos pelas legações estrangeiras inglesas constituem o arquivo “FO”, da base de dados da *The National Archives*, em Kew, Inglaterra.

⁶ Foreign Office, 63/63, Hill a Canning, nº3. Datada de 30 de março de 1808, apud MANCHESTER, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. Trad. Janaína Amado. São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 74-75.

⁷ FARIA, *A colônia brasileira*, p. 107.

compradores e vendedores de produtos tanto para o mercado interno brasileiro como para as exportações.

Mesmo com a chegada da corte e as medidas burocráticas e econômicas tomadas, não houve mudança abrupta na posição da elite econômica existente. O que se alterou foi a ampliação do volume de negociações entre a colônia – agora com novas perspectivas de crescimento – e outros países de todas as partes do mundo. Assim, podemos verificar que a estrutura anterior não mudou; apenas se ampliou de forma considerável⁸.

Constituído-se o novo ministério, percebe-se a presença de peças já antigas no cenário português: o Ministério dos Negócios do Reino foi composto por dom Fernando José de Portugal e Castro, 2º marquês de Aguiar; o ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra passou a ser comandado por dom Rodrigo de Sousa Coutinho, futuro conde de Linhares; por último, o ministério dos Negócios da Marinha e do Ultramar que foi chefiado por João Rodrigues de Sá e Melo, o visconde de Anadia.

Nessa nova formação ministerial destacamos a personalidade e as realizações do conde de Linhares perante o governo de dom João, que manteve-se todo o tempo fiel a sua formação prática e inclinação ideológica voltadas ao modelo pombalino e anglófilo. A colônia americana, dizia dom Rodrigo:

A feliz posição do Brasil [...] dá aos seus possuidores uma tal superioridade de forças pelo aumento de povoação, que se alimenta dos seus produtos, e facilidade do comércio, que, sem grandes erros políticos jamais os vizinhos do norte e do sul lhes poderão ser fatais, e pelo mar só pelo comércio interlopo e fraudulento é que necessariamente devem inquietar-nos logo que a nossa taxação se afastar dos princípios que unicamente podem suspender e contrariar este cruel flagelo. [...] Os dois grandes centros são, sem contradição o Pará e o Rio de Janeiro⁹

Durante todo o período em que esteve à frente dos negócios exteriores do Império, nunca deixou de tentar, se não anular, ao menos controlar muito de perto as intenções da esposa do príncipe regente, dona Carlota Joaquina. Os embates entre ambos girariam principalmente em torno da questão platina, a partir de 1808, sobre a qual Carlota mantinha o foco de seus desejos e dom Rodrigo, por sua vez, também tentava impor, com a devida anuência de dom João, a sua visão colonialista, expansionista e de controle econômico.

⁸ FRAGOSO, João. A noção de economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do Império português: 1790-1820. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 319-338.

⁹ Exposição transcrita na obra do marquês de Funchal “O conde Linhares”, p. 44 et seq. apud NORTON, Luís. *A corte de Portugal no Brasil* (notas, alguns documentos diplomáticos, e cartas da imperatriz Leopoldina). 2.ed. São Paulo/Brasília: Ed. Nacional/INL-MEC, 1979. p. 33.

Rumo ao Rio da Prata: várias possibilidades, um objetivo

As correspondências trocadas desde o início de 1808 foram a “ponta do *iceberg*” que se pronunciava sobre o Vice-Reinado do Rio da Prata. A partir desse momento, e apesar de alguns reveses, Portugal se lançaria decididamente à conquista de novos territórios na América Meridional.

Destarte, à medida que a situação na região ibérica se agravava, o governo português estabelecido no Brasil dava início a um projeto de Estado que visava, ao menos como justificativa, manter a solidez da América colonial por meio de uma possível união ibero-americana, regida pela Coroa de Portugal. Para isso, suscitou alguns motivos que, *a priori*, não surtiram o efeito desejado na camada dirigente do Vice-Reinado do Rio da Prata.

Praticamente em todo o vice-reinado, antes mesmo do recebimento das correspondências enviadas pelas principais autoridades do governo português, já estava sendo posta em prática uma reorganização de tropas para evitar a possível invasão que a chegada do príncipe regente, no entendimento dos governantes platinos, anunciava. O tempo iria demonstrar que os dirigentes do vice-reinado não estariam equivocados.

As ações levadas a cabo para proteger o vice-reinado estavam sendo arregimentadas, pois a sua extensão e a longa fronteira com o Estado português eram pontos de extrema preocupação. Por outro lado, a falta de tropas, dinheiro e armas para protegê-las preocupava os dirigentes do vice-reinado, como informava o governador do Paraguai, dom Manuel Gutierrez, ao vice-rei em 17 de março de 1808:

En el precente estado de indefencion en que me hallo, sin Dinero, sin Municiones, sin Armas, y hasta careciendo de un Maestro Armero [...] yo no puedo reponder al REY de esta Provincia y mucho menos de la de Micionos comprometiendome unicamente, como me comprometo, à tomar un Fucil, y de este modo, ó de otro qualquiera, derramar la última gota de mi sangre, por el REY, y por la Patria, pero sin ser responsable de lo que no puedo defender, ni conservar si los Enemigos me atacan¹⁰.

De fato, as notícias enviadas por Jose Lariz, comandante de fronteira em Santo Tomé, ao governador do Paraguai, no início do mês de março, davam conta de que o perigo de um ataque era iminente.¹¹ Assim, ainda não estavam claras aos vizinhos platinos as reais intenções dos portugueses em relação às suas fronteiras.

¹⁰ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 27.

¹¹ *Idem*, p. 28-29.

No dia 13 de março de 1808, para levar adiante o projeto português de expansão até o Vice-Reinado do Rio da Prata, o ministro dom Rodrigo de Sousa Coutinho, assim que chegou ao Rio de Janeiro, enviou uma correspondência ao Cabildo¹² de Buenos Aires. O ministro, possivelmente, tinha em mente as indicações do comandante Joaquim Xavier Curado, passadas anteriormente à chegada da família real portuguesa ao Brasil, quando este ainda era governador de Santa Catarina. Essas notícias acerca do Rio da Prata eram resultado das incursões secretas que algumas vezes foram realizadas pelo comandante português em território platino para sondar a organização militar e política do vice-reinado.

Na missiva, o ministro português tentava convencer os cabildantes de Buenos Aires que os fatos ocorridos na Europa também levado à “total sujecion de la Monarquia Española em Europa a la Francia, y la casi entera aniquilacion de la misma por los perfidos consejos del maior enemigo [...] donde resulta el total abandono de los Pueblos Españoles que abitan la America”¹³. Dessa forma, após descrever a situação da Metrópole diante da invasão de Napoleão e, na tentativa de sensibilizar os governantes do Prata, dom Rodrigo revelava sutilmente o que podia ser um dos pontos-chaves para se compreenderem os motivos que impulsionavam o projeto de “proteção”: o comércio. Em suas palavras, a população do vice-reinado

se hallan de nuevo grabados con nuevos y excesivos impuestos, despues de tantos servicios practicados en la ultima ebacuacion de los Ingleses, y Reconquista de la Ciudad de Buenos Ayres, y conosiendo Su Altesa Real [...] no podia dejar de ser agradable a Usia y de taerle a la memoria que por su medio podria **evitar la ruina de su Comercio**, y las fatales catastrofes a que se halla espuesto el Rio de la Plata¹⁴.

Notamos, pelo comentário exposto, o quanto os interesses comerciais eram essenciais para a manutenção do vice-reinado, apesar de não se ter a precisa idéia de qual tipo de comércio lhe aprazia mais: se o livrecambista ou o monopolista. Assim, dom João, através de dom Rodrigo, decidiu “ofrecerle tomar al Cavildo y Pueblo de la Ciudad de Buenos Ayres y todo el Virrenato, vajo Su Real Proteccion”, garantindo que manteria “todas sus esenciones y jurisdicciones, y empeñandole Su [...] palabra, no solo de no grabarlos com nuevos impuestos, sino aun de asegurarle Su Comercio libre è integro”¹⁵.

¹² O Cabildo, durante o período colonial, funcionava como um conselho municipal, onde o elemento *criollo* deveria estar representado. Cf. AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. São Paulo: Nova Fronteira, 1990. p. 66-67.

¹³ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 13.

¹⁴ *Ibidem*. [Grifo nosso]

¹⁵ *Ibidem*.

Percebemos que, por vezes, o ministro português revela a estreita ligação de Portugal com os ingleses, afirmando, inicialmente, que não desejava “a un tiempo obrar con toda la fuerza de sus Armas y con la de sus Aliados”, sendo que poderia “ebitar que cualesquiera nacion aliada pueda conserbar contra los mismos havitantes alguna memoria de lo pasado y pueda querer cometer contra ellos cualesquiera / acto de hostilidad ó de venganza”¹⁶, contando como certa a participação inglesa para a submissão do vice-reinado ao trono português, ressaltando que contribuiriam para isso os ressentimentos de não terem conseguido manter a ocupação de Buenos Aires e Montevidéu nos anos anteriores.

O último excerto da correspondência referia-se à expulsão dos ingleses, em 1807, após a malfadada tentativa das forças britânicas em invadir Buenos Aires pela segunda vez. Mas, apesar dessas assertivas, no caso de haver uma decisão negativa por parte do Cabildo de Buenos Aires, resolvendo não se submeter ao poder e “proteção” do príncipe regente de Portugal, o aliado (leia-se, a Grã-Bretanha) seria demovido de integrar as forças que submeteriam pelas armas o Vice-Reinado do Rio da Prata, pois

Su Alteza Real sera obligado à obrar en comunidad con su poderoso Aliado, y con los grandes y fuertes medios que la Probidencia deposito en Sus Reales manos, y tal bes a ver con dolor el glorioso y esperable suceso de sus armas, y a considerar con lastima que Pueblos unidos por Iso estrechos vinculos de la misma Sagrada Relijion, por las mismas costumbres y por el idioma que es casi el mismo, se buelban enemigos, y sacrifiquen sus mas Sagrados intereses¹⁷.

Sem perder tempo, em 15 de março de 1808 deu-se início ao que pode ser chamado de “missão Curado”, em território platino. dom Rodrigo destacou o comandante Joaquim Xavier Curado para que fosse até o Rio da Prata, pois esperava que o agente português desse continuidade ao que havia proposto na missiva ao Cabildo. Essa missão, que acabou arrastando-se por meses, alterou os planos portugueses, tendo em vista não apenas o que Curado descreveria sobre a realidade no Prata, mas também as vicissitudes do cenário internacional.

Nas noites de 27 e 28 de abril de 1808, o Cabildo, após analisar as missivas portuguesas em reunião e deliberação, juntamente com o vice-rei interino Santiago de Liniers, resolveu sobre o que deveria ser observado para garantir a “lealtad con que este Cavildo se há conducido y conducirá siempre en obsequio de su legitimo y mui amado Soverano y Señor natural”¹⁸.

¹⁶ Idem, p. 13-14.

¹⁷ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 14.

¹⁸ Idem, p. 16.

Por fim, o Cabildo de Buenos Aires concluiu que, pelo teor das correspondências recebidas e pelas intenções do ministro dom Rodrigo, a nação portuguesa e seu governo eram declaradamente seus inimigos. Na visão dos ouvidores, o motivo que havia levado os portugueses a não terem promovido nenhuma invasão até aquele momento devia-se ao fato de não possuírem o número necessário de tropas, pois, se as tivessem, fossem nacionais ou inglesas, já teriam realizado “las hostilidades, que no dejará de poner en ejercicio [...] resultando de aqui la inevitable perdida de toda la Campaña Oriental y ruina de sus habitantes y hacendados”¹⁹.

Assim, ficava decidido que o único meio possível para barrar o ataque lusitano seria a tomada de Rio Grande, por onde os portugueses teriam fácil acesso à Banda Oriental. Além disso, foi ratificado que a expedição platina não deveria se limitar somente ao Rio Grande:

sino también à la del Rio Pardo, y que para llamar à un tiempo y á puntos distantes entre si las atenciones de los Portugueses y ebitar su reunion expediria las correspondientes Ordenes para que al mismo (tiempo) se les atacase por la Provincia de Misiones y á sus establecimientos de Coimbra (Miranda) y Matogroso.²⁰

Ao examinar este excerto, verificamos o quanto Xavier Curado estava sendo específico em relação aos planos portugueses na região do Rio da Prata. Portanto, demonstrava exatamente quais eram as intenções diplomáticas, políticas e militares de Portugal para a região. Além disso, fazia um minucioso relato de como estavam organizadas as principais nucleações populacionais da América Meridional.

Considerações finais

O desenrolar dos fatos, especialmente a partir do mês de agosto de 1808, faria com que se movimentasse uma verdadeira máquina de espionagem e ligações excusas entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires, pela qual cada governo tentava adiantar-se aos acontecimentos, evitando ser pego desprevenido em caso de uma ação mais drástica do vizinho. A diplomacia, naquele período, parecia depender mais do serviço da espionagem “oficial” que da própria ação política dos representantes. Neste caso, a região compreendida entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires tornou-se palco para os mais diversos tipos de pessoas que desejavam o reconhecimento do monarca português, ou dos governantes platinos, para participar dos

¹⁹ Ibidem.

²⁰ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 19.

círculos de beneficiamento pessoal, nos quais poderiam desfrutar da possibilidade de absorção de parte do dinheiro circulante nesses meios.

Notamos, portanto, o quanto a conjunção dos fatores externos ao Vice-Reinado do Rio da Prata, como a invasão e desorganização de Espanha pelos franceses e a pressão inglesa sobre as possessões espanholas, e internos, como a falta de unidade entre os diversos setores do governo, podia levar os portugueses a crer que uma ação diplomática, ou militar, se fosse o caso, bem planejada, renderia ótimos frutos à Coroa bragantina com a desejada anexação do Vice-Reinado do Rio da Prata ao Império português, o que ocorreria de fato somente em 1816, onde as conjunturas internas e externas já eram bastante diferentes.

Referências bibliográficas

ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de História Colonial: 1500-1800**. Brasília: Senado Federal, 1998.

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. **Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos**. São Paulo: Nova Fronteira, 1990.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. **Carlota Joaquina na corte do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRANCATO, Braz Augusto Aquino. **Don Pedro I de Brasil, posible rey de España (una conspiración liberal)**. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

CAMARGO, Fernando. **O malón de 1801: a guerra das laranjas e suas implicações na América Meridional**. Passo Fundo: Clío Livros, 2001.

DONGHI, Tulio Halperin. **Historia de América Latina: Reforma y disolución de los imperios ibéricos 1750-1850**. Vol. 3. Madrid: Alianza Editorial, 1985.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia Brasileira: Economia e Diversidade**. São Paulo: Moderna, s.d.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

MANCHESTER, Alan K. **Preeminência Inglesa no Brasil**. Trad. Janaína Amado. São Paulo: Brasiliense, 1973.

NORTON, Luís. *A corte de Portugal no Brasil* (notas, alguns documentos diplomáticos, e cartas da imperatriz Leopoldina). 2.ed. São Paulo/Brasília: Ed. Nacional/INL-MEC, 1979.

Política Lusitana en el Rio de la Plata. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: Archivo General de la Nación, 1961.

Política Lusitana en el Rio de la Plata. Colección Lavradio II (1810-1811). Buenos Aires: Archivo General de la Nación, 1961.

Política Lusitana en el Rio de la Plata. Colección Lavradio III (1812-1815). Buenos Aires: Archivo General de la Nación, 1964.